

RECENSÃO DO LIVRO *A INVENÇÃO DO ASSIMILADO. PARADOXOS DO COLONIALISMO EM MOÇAMBIQUE*

BOOK REVIEW OF *A INVENÇÃO DO ASSIMILADO. PARADOXOS DO COLONIALISMO EM MOÇAMBIQUE*

Vítor de Sousa

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Macagno, L. (2019). *A invenção do assimilado. Paradoxos do colonialismo em Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri.

Passado quase meio século desde que os territórios que foram colónias portuguesas se assumiram como países livres, a temática do colonialismo e os seus paradoxos ainda vai pontuando a sua dinâmica. O que também acontece, há que sublinhá-lo, por parte dos países ex-colonizadores, como é o caso de Portugal. E nem poderia ser de outra forma, como explica Roberto Vecchi (2018), quando afirma que o passado colonial pode revelar-se problemático, não podendo ser considerado como um assunto ultrapassado. É que a força das ideologias e das suas reutilizações poderá alterar profundamente, ou até inverter, os modos da sua evocação. No caso de Moçambique, cuja independência foi fixada em 25 de junho de 1975, “o paradoxo colonial continua interpelando-nos sob as mais variadas roupagens e gramáticas” (p. 14), como assinala Lorenzo Macagno logo no início do livro *A invenção do assimilado. Paradoxos do colonialismo em Moçambique*, que pretende responder à pergunta: “em que campo de batalhas reais ou imaginárias, reside a sua teimosia actualidade e resiliência?” (p. 14).

O autor “parte do pressuposto de que o colonialismo funciona como um sistema de práticas e representações e, como tal, pode ser analisado como cultura” e, talvez por ser antropólogo de formação, o autor estudou o fenómeno “investigando o que pensam e o que fazem os ‘nativos’ que conferem sentido a essa cultura”, independentemente do seu papel durante o processo colonial (s.p.).

Para concretizar os seus objetivos, Macagno cruza a Antropologia Política com a História Social, seguindo a matriz de investigação que tem vindo a desenvolver, de há uns anos a esta parte, num diálogo que Michel Cahen¹ considera “profícuo e bem sucedido”, uma vez que, “ao abandonar a tese clássica que opõe a política oficial de assimilação à política concreta de discriminação, demonstra que não podia existir uma sem a outra” (s.p.).

¹ Referido na contracapa do livro.

Esta obra é uma análise crítica da história do assimilacionismo na política africanista portuguesa no período que vai dos finais do século XIX até à segunda metade do século XX, como escreve no prefácio João de Pina Cabral, que orientou a tese de mestrado do autor, defendida já em 1996, e que deu origem a este livro. Um dos seus aspetos mais inovadores “é a atenção dedicada ao modo como a antropologia se foi relacionando com o processo de evolução ideológica do colonialismo africanista português” (Cabral, 2019, p. 17).

Trata-se de uma obra muito bem-vinda, já que decorre de um olhar que sai fora da costumeira lógica ocidental de investigação. Macagno é Professor Associado de Antropologia da Universidade Federal do Paraná (Brasil) e investigador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que tem desenvolvido investigação tendente a propor caminhos alternativos aos “canónicos”, mas resultantes de uma investigação aturada, mostrando que “o tempo pós-colonial não cancela o tempo colonial, embora o recicle” (Sousa, 2019, p. 263). Reescrevendo a História, mas, ao mesmo tempo, demonstrando que esta é uma disciplina não linear, mas que olha de forma retroativa para os factos que estão no cerne da reflexão dialética, em sentido do conhecimento dito absoluto. Assente na ideia de Hegel (2008), em que a verdade não é estática, mas resulta da consciência dos momentos contraditórios que se superam num movimento dialético, em direção ao conhecimento “absoluto”. É, dessa forma, que este livro terá uma utilidade óbvia para os estudantes de História de África e da História Colonial, mas também para quem se interessa pela História de Portugal (Cabral, 2019).

Segundo Macagno, os paradoxos do assimilacionismo assumem formas variadas, no entanto, a sua versão discursiva mais evidente expressa-se numa mensagem auto-contraditória que o enunciado reflete: “civilizem-se, assimilem-se, mas não se destribalizem, mantenham-se em seu lugar”; ou, também, na consigna “aprendam a falar e a escrever em português, incorporem hábitos e costumes portugueses, mas não pretendam ser doutores” (p. 201). O que é análogo às mensagens que produzem situações de duplo vínculo, descritas pelo antropólogo Gregory Bateson ao qualificar determinadas relações interpessoais nas quais, a partir de certas patologias da comunicação, um dos membros participantes fica preso na dupla coação expressa na mensagem.

Já António Ferronha chamara a atenção para esta problemática no livro *Ideário de portugalidade. Consciência da luso/tropicalidade*, salientando não ter dúvidas de que o futuro lhe parecia uma evidência, uma vez que o branco já não estava mentalizado “à branco”, nem o preto “à preto”, mas ambos “portugalizados em luso-tropicalismo” (Ferronha, 1969, p. 249). Ambos “mestiços de ideias, de sentimentos e de ação”, sendo que, a seu lado, “labuta e diverte-se o mestiço fisiológico, tabernáculo das ideias da Portugalidade, e predisposto por natureza a melhor servir de fiel de balança entre o extremismo branco e negro, porque ele é filho dos dois, sem ser organicamente nenhum deles”, não obstante lembrar que “alguns pródigos mestiços preferiram fazer o jogo do racismo estrangeiro” (Ferronha, 1969, p. 249). Defendia que os mestiços “deviam fazer alarde da consciência de sua mestiçitude”, em contraposição com a “negritude” propalada por Aimé Césaire e Leopold Senghor, e como “fonte de valores positivos de saudável equilíbrio étnico e cultural e não de negativismo histórico” (Ferronha, 1969, p. 249).

Segundo Lorenzo Macagno, é sobretudo a partir da década de 1950, que a preocupação do assimilacionismo português contrasta com a obsessão que o segregacionismo do *apartheid* mostrou os supostos perigos de contaminação miscigenadora. Sendo que nas narrativas tardo-coloniais, a cultura, por vezes, parecia operar como uma espécie de fluído “espiritual” capaz de transitar por diferentes povos (Macagno, 2019). Num discurso pronunciado em 1952, no Centro Associativo dos Negros de Moçambique, Gilberto Freyre condensava essa ambiguidade: “ser português não quer dizer apenas ser branco. Ser português quer dizer ser português no coração, no espírito, na cultura. E o português pode ser amarelo, pelo vermelha, branco, preto e sempre bom português” (Freyre, 1953, pp. 245-246). O que, segundo Macagno (2019, p. 202), significava que a cultura estava no “coração”, no espírito e na alma, sendo que corpo e sangue não eram instâncias determinantes na definição de “lusitanidade” (uma forma subtil de se referir à “portugalidade”), apesar de permanecerem latentes, alertas, sempre prestes a emergir como marcadores exclusivistas. A posição de Freyre colheria inúmeros aplausos, embora também fosse alvo de violentas críticas. É que o mundo imaginado pelos portugueses tanto podia ser “o paraíso de ‘harmonia racial’ que muitos pretendiam encontrar no Brasil, como o inferno de exploração, segregação e violência que outros notavam na África portuguesa” (Macagno, 2002, p. 102). O que assentava no slogan “Portugal do Minho a Timor”, sublinhado entre os anos 50 e 60 do século XX, período durante o qual foi cunhada a palavra “portugalidade”, e se disseminou com intensidade a respetiva retórica.

E, muito embora Freyre se tenha preocupado, em determinada etapa da sua trajetória, com a questão da mestiçagem, esta preocupação nunca fez parte, ao menos de forma oficial, da agenda da política do assimilacionismo. Ainda que, em algum momento, possa ter aparecido como componente de uma estratégia retórica, a miscigenação nunca constituiu num objetivo organicamente formulado, nem num requisito imprescindível para adquirir o estatuto de assimilado. A questão cultural da assimilação deslocou amplamente a questão biológica da miscigenação (Macagno, 2019).

De resto, o slogan do Estado Novo “Portugal do Minho a timor” ganhou força em 1951 com a revogação do Ato Colonial, em que o Governo português passa a defender que Portugal seria um todo uno e indivisível, do Minho a Timor, onde todas as colónias passariam a ser províncias, tal como as outras que existiam na metrópole. Para a mudança de política por parte do Estado Novo terá contribuído a aprovação, em 1945, da Carta das Nações Unidas, em que se fixavam os princípios de administração dos territórios não autónomos (Sousa, 2017). O Estado Novo procurava um estatuto especial para as “colónias ultramarinas” que sustentasse a tese de que elas integravam uma nação multirracial, ainda que em vários continentes. As alterações legislativas limitaram-se, no entanto, segundo Reis Torgal (2009), a uma mera cosmética. A expressão “colónias” foi substituída por “províncias ultramarinas” e o Ministério das Colónias passou a chamar-se Ministério do Ultramar. No contexto das alterações constitucionais, a Carta Orgânica do Império Colonial Português era substituída pela Lei Orgânica do Ultramar Português (1953), “que acabou por afirmar a ideia de uma maior solidariedade entre as

províncias ultramarinas e a metrópole” (Torgal, 2009, p. 488), com uma descentralização mais ampla, alargando-se também os poderes do Ministério do Ultramar. A construção do mito da homogeneidade foi feita em diversas alturas, adaptando-se as suas justificações ao momento em causa. Durante os primeiros tempos do Estado Novo, a ideia assentava na existência de um império colonial português, “em que vastos territórios necessitavam de ser iluminados pelos valores e saberes oriundos do continente” (Stoer & Cortesão, 1999, p. 58). Na sequência da eclosão dos movimentos de libertação um pouco por todo o mundo, o Governo português passa a defender que Portugal seria um todo uno e indivisível, do Minho a Timor, como já foi referido (Sousa, 2017). Por via das pressões internacionais e das primeiras ameaças à presença portuguesa, em 1961, por ação do então ministro do Ultramar, Adriano Moreira, é extinto o “Estatuto do Indígena Português”, através de um decreto-lei em que era determinado que os que antes eram designados como “‘portugueses de segunda’ (os portugueses brancos nascidos em África), e mesmo os até então rotulados de ‘indígenas’ passassem a ser considerados cidadãos portugueses” (Stoer & Cortesão, 1999, p. 59). Esta foi, segundo Reis Torgal (2009, p. 489), uma forma hábil destinada a provar “que se estava a avançar no sentido da ‘assimilação’”, tentando mostrar-se o contrário relativamente às críticas evidenciadas em relação ao estatuto dos indígenas. A redação do novo estatuto “tinha apenas como finalidade, dentro da ‘tradição portuguesa’, respeitar o ‘direito privado das populações’ e não propriamente negar a ‘cidadania’ aos indígenas”, o que não deveria ser confundido com “a capacidade de gozo e exercício de direitos políticos relacionados com as novas formas dos órgãos de soberania” (Torgal, 2009, p. 489).

Perante as tensões existentes entre “assimilação” e “segregação” enquanto participante de uma relação gestáltica Lorenzo Macagno posiciona-se. Refere ter adotado uma visão a partir de um olhar de conjunto sensível aos paradoxos das práticas e do discurso colonial, chamando a atenção para a imagem de um panfleto reproduzido no final do último capítulo da obra (p. 188), em que um soldado português carregando, de um lado, uma espingarda, e de outro uma criança é, em si mesma, “uma poderosa metáfora multiplicadora do oximoro colonial” (p. 203).

Preferiu, assim, chamar a atenção para o papel reciprocamente estruturante das dimensões da “tolerância do espaço residual das superestruturas mascaradoras” e da “violência do espaço das estruturas reveladoras”, justificando com o facto de tal sistema não agir passivamente (p. 203). “Por isso, desde o lugar da *práxis*, seria legítimo perguntar: como sair da violência cordial ou, se preferirmos, da cordialidade violenta? Como escapar do ‘duplo vínculo?’” (pp. 203-204). Perante estas interrogações, o lugar do analista dissipa-se, já que, como refere, foram os próprios moçambicanos que, ao longo do tortuoso processo da sua independência política, foram os fornecedores da resposta.

Macagno refere que o colonialismo português mostrou, sem qualquer dúvida, o seu “jugo”, o “ferro”, a “ira” e o “braço duro e forte” aos habitantes da costa oriental do Índico. E, deixando para trás a lógica mítica que pontuou a epopeia portuguesa, Macagno sublinha que às vezes a história derrota o mito, já que os “gentios” a que se refere a ninfa do escrito de Camões no Canto X (estrofe 10) de *Os Lusíadas*, que o autor

utiliza como epígrafe na conclusão da obra, se negaram a aceitar o destino decretado no poema: o tal duplo vínculo assente, neste caso, em morrer ou em render-se. O que se trata, segundo o autor, de uma luta mais histórica do que mítica, que pertence a um outro longo e doloroso capítulo da História de Moçambique.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais, através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

REFERÊNCIAS

- Cabral, P.-C. (2019). Prefácio. In L. Macagno (Ed.), *A invenção do assimilado. Paradoxos do colonialismo em Moçambique* (pp. 17-22). Lisboa: Edições Colibri.
- Ferronha, A. (1969). *Ideário de portugalidade. Consciência da luso/tropicalidade*. Porto: Tipografia Marca.
- Freyre, G. (1953). *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympo Editora.
- Hegel, G. W. F. (2008). *Filosofia da História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Macagno, L. (2002). Lusotropicalismo e nostalgia etnográfica: Jorge Dias entre Portugal e Moçambique. *Afro-Ásia*, 28, 99-124. Retirado de <https://www.redalyc.org/pdf/770/77002804.pdf>
- Sousa, V. (2017). *Da 'portugalidade' à lusofonia*. V. N. Famalicão: Húmus.
- Sousa, V. (2019). Memory as an interculturality booster in Maputo, through the preservation of the colonial statuary. *Comunicação e Sociedade* [Vol. especial], 269-286. [https://doi.org/10.17231/comsoc.0\(2019\).3073](https://doi.org/10.17231/comsoc.0(2019).3073)
- Stoer, S. R. & Cortesão, L. (1999). *“Levantando a pedra” – da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização*. Porto: Afrontamento.
- Torgal, L. R. (2009). *Estados novos, Estado Novo*. Vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vecchi, R. (2018). Depois das testemunhas: sobrevivências. *Jornal Memoirs*, p. 18. Retirado de <https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/MEMOIRS-encarte.pdf>

NOTA BIOGRÁFICA

Vítor de Sousa é doutorado em Ciências da Comunicação (Comunicação Intercultural), pela Universidade do Minho, com a tese *Da 'portugalidade' à lusofonia*, é mestre (especialização em Educação para os Média) e licenciado (especialização em Informação e Jornalismo) na mesma área. Entre os seus interesses de investigação constam as questões em torno da identidade, Estudos Culturais, Educação para os Média e teorias de jornalismo. É investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, onde integra o grupo de Estudos Culturais, membro do projeto “CulturesPast&Present – Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural

relations in Mozambique and Portugal?” (FCT/Aga Khan) e do Museu Virtual da Lusofonia. É sócio da Sopcom e da ECREA. Venceu o Prémio Científico Mário Quartim Graça 2016, que distinguiu a melhor tese concluída nos últimos três anos na área das Ciências Sociais e Humanas, em Portugal e na América Latina. Foi jornalista (1986-1997) e assessor de imprensa (1997-2005).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6051-0980>

Email: vitorde Sousa@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

Submetido: 20/05/2020

Aceite: 30/07/2020